



grupo parlamentar

Requerimento

Construção de hotel de 4 estrelas em Água d'Alto, Vila Franca do Campo

O conselho de governo de dia 17 de maio de 2021, refere que o Governo dos Açores aprova uma resolução que autoriza a realização das operações urbanísticas pela empresa Fogo, Unipessoal, Lda, para a construção de um novo empreendimento turístico, na tipologia de hotel, com a categoria de quatro estrelas, com 86 camas na freguesia de Água d' Alto, no concelho de Vila Franca do Campo.

Continua a ler-se no mesmo ponto que esta autorização decorre do regime das medidas cautelares estabelecidas no Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/A, de 7 de abril, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 17/2019/A, de 24 de julho, que determinou a suspensão parcial do POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2008/A, de 11 de agosto, com incidência nas normas que visam o controlo do crescimento da oferta de alojamento turístico na ilha de São Miguel.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, os deputados signatários solicitam ao Governo Regional dos Açores os seguintes esclarecimentos:

- 1 – Localização, tipologia de edifício ou edifícios, com área ou áreas de implementação do referido hotel na freguesia de Água d'Alto, concelho de Vila Franca do Campo;
- 2 – Processo de solicitação e autorização de licenciamento para a realização das operações urbanísticas da empresa Fogo, Unipessoal, Lda;
- 3 – Estando o POTRAA (Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores), suspenso para revisão desde 2019, quando estima o Governo Regional dos Açores terminar a sua revisão para definir as normas que visam o controlo do crescimento da oferta de alojamento turístico na Ilha de São Miguel?
- 4 – Em que base factual e prospectiva de procura turística o Governo Regional dos Açores decide autorizar processos de construção de novos alojamentos turísticos durante a suspensão do POTRAA?
- 5 – Que garantias de viabilidade e sustentabilidade financeira são solicitadas pelo Governo Regional dos Açores nestes processos a novas empresas de investimento turístico que surgem no mercado, para que se evitem no futuro nestes

edifícios falta de uso ou manutenção e com impactos negativos ambientais e paisagísticos?

Horta, 21 de maio de 2021

Os Deputados









